

Relação de documentos exigidos para Inscrição Pessoa Jurídica

Preencher o requerimento, que deverá ser entregue no atendimento do CRECI-PB, devidamente acompanhado da documentação pertinente, a saber:

- 1. Contrato Social e todas as Alterações Contratuais (obrigatoriamente registrados no órgão competente);
- 2. Comprovante de Inscrição Ativa no CNPJ;
- 3. Cédula de identidade do CRECI do(a) corretor(a) responsável técnico + Comprovante de residência
- 4. Alvará de funcionamento (Prefeitura Municipal) Opcional
- 5. Carteira de identidade (RG), CPF ou CNH e comprovante de residência de todos os sócios;
- 6. Caso o quadro social seja integrado por uma pessoa jurídica, apresentar contrato social e cartão do CNPJ da mesma;

O PROCESSO SÓ SERÁ CONCLUSO COM A APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃOCOMPLETA. **INSCRIÇÃO 2025**

	<u> </u>
Empresário Individual (Empresa individual)	R\$ 873,00
Anuidade (Faixa 1) - Capital de R\$ 0,01 até R\$ 70.000,00	R\$ 1.746,00
Anuidade (Faixa 2) – Capital de R\$ 70.001,00 a R\$ 140.000,00	R\$ 2.183,00
Anuidade (Faixa 3) – Capital de R\$ 140.001,00 a R\$ 210.000,00	R\$ 2.619,00
Anuidade (Faixa 4) – Capital de R\$ 210.001,00 a R\$ 280.000,00	R\$ 3.056,00
Anuidade (Faixa 5) – Capital acima de R\$ 280.000,00	R\$ 3.492,00
No ato da inscrição o valor da taxa de inscrição será de 25% do valor da anuidade correspondente da PJ, conforme faixa de capital social.	25% valor da anuidade (conforme faixa de capital)
No ato da inscrição a anuidade será cobrada proporcionalmente aos meses faltantes do exercício em curso, de acordo com a faixa de capital social da empresa.	Valor proporcional
O valor da anuidade devida de filial de pessoa jurídica será equivalente a 50% do valor lançado a débito da matriz.	Filial de PJ

Resolução-COFECI: 1.528/2024

Obs.: A solicitação de inscrição só será efetivada após a apresentação de todos os documentos e comprovante de pagamento da taxa de inscrição e anuidade proporcional.

OBSERVAÇÕES:

- NÃO TIRAMOS CÓPIAS;
- É indispensável que no contrato social ou nas alterações contratuais haja um(a) Corretor(a) de Imóveis (quite com suas obrigações perante o Conselho) que seja Sócio(a)-Gerente ou Diretor(a) e que a gerência da sociedade seja exercida pelo corretor de imóveis, (em conjunto ou solidariamente), e que figue especificado sua qualificação, bem como o número do seu registro junto ao CRECI - 21ª Região PB;
- O Requerimento deverá ser preenchido em computador ou em letra de forma legível.

ATENÇÃO: NO ATO DA INSCRIÇÃO, AS CÓPIAS DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADAS DOS ORIGINAIS OU AUTENTICADAS.

www.creci-pb.gov.br

João Pessoa

Av. Almirante Barroso, 918, Centro, CEP 58013-120 (83) 2107-0406

COFECI-CRECI

Campina Grande (83) 3321-6969 Patos (83) 3421-2924 Cajazeiras (83) 3531-2329

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PESSOA JURÍDICA

Ilmo. Sr. Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 21ª Região,

			rial		-		1	1	1		1	1	ı		1	1		1	_
	<u> </u>																		
nde	reço	da en	npres	sa	-							1			1				_
Bairr	0					Cida	de						UF	7	CEP				
														_					
apit	al So	cial											gistra					/ 11	
									Come	ercial	() Ca	rtori	o de	Regist	ro de	P. Ju	iridica	as
lúm	ero d	o Reg	istro				Livro	/Folh	a					Da	ta do	Regi	stro		
															/	/	/		
elef	ones	da er	npres	sa			CNPJ							Ins	crição	Mu	nicipa	al	
relef	ones	da er	npres	sa	RFP					F RFS	PON	SÁVF	TÉC		/	Mu	nicipa /	al	
	ones o-Gero				REP		CNPJ		EGAL	E RES	PONS	SÁVE	L TÉC		/	Mu /	nicipa /	al	
					REP				EGAL	E RES	PON:	SÁVE	L TÉC		/	Mu	nicipa /	al	
Sócio	o-Gero	ente (ou Di		REP				EGAL	E RES	PONS	SÁVE	L TÉC		/	o Mu	/	al	
Sócio		ente (ou Di		REP				EGAL	E RES	PON:	SÁVE	L TÉC		/	Mul	nicipa /	al	
Sócio	o-Gero	ente (ou Di	retor		RESE	NTAN	ITE LE					L TÉC	NICC	,) Mu	nicipa /	al	
Sócio	o-Gero	ente (ou Di	retor		RESE		ITE LE			PONS		L TÉC	NICC	/	o Mu	nicipa /	al	
Sócio	o-Gero	ente (ou Di	retor		RESE	NTAN	ITE LE					L TÉC	NICC	,	Mui	nicipa /	al	
Sócio Númo	o-Gero	ente d	ou Di	retor	Data	RESE	NTAN missão	ITE LE		Órgão		ssor	L TÉC	NICC	,	Mui	nicipa /	al	

www.creci-pb.gov.br Sede

João Pessoa Av. Almirante Barroso, 918, Centro, CEP 58013-120 (83) 2107-0406



COFECI-CRECI



Igualmente, informo que:
() Não pretendo usar na divulgação publicitária da atividade profissional da Empresa nome fantasia.
() O nome fantasia constante no contrato de constituição da sociedade a ser utilizado é:
Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações contidas e assinaladas neste requerimento, como também ter ciência das normas inseridas nas Resoluções pertinentes.
■ RESOLUÇÃO-COFECI № 1.058/2007 Art. 1º - § 3º - Durante o período em que prevalecer a inscrição provisória do corretor de imóveis, o mesmo não poderá ser responsável técnico por pessoa jurídica.
 RESOLUÇÃO 327/92 Art. 28 – O exercício da atividade de intermediação imobiliária exercida por pessoa jurídica, somente poderá ser iniciado após o atendimento das formalidades de inscrição e do pagamento das taxas e anuidade.
Nestes Termos, Pede Deferimento.
,, de de
Assinatura sócio(a) corretor (a) de imóveis e responsável técnico

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para os devidos fins que compareci ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis — CRECI 21ª Região-PB, e tomei ciência de todos os meus direitos e obrigações profissionais estabelecidos na lei 6.530/78 e no decreto 81.871/78, que regulamentam a profissão de Corretor de Imóveis, na qualidade de Corretor responsável pela empresa que ora requer sua inscrição.

Declaro, também, ter tomado ciência que qualquer delegação de poderes a terceiros, promovida pelos integrantes da pessoa jurídica, não poderá ser feita sem que seja preservada a presença do corretor de imóveis no desempenho da atividade de intermediação imobiliária da empresa.

Declaro, ainda, que de acordo com a Resolução COFECI nº 327/92, caso deixe de ser o corretor responsável por esta pessoa jurídica, deverei comunicar o fato ao CRECI21º Região-PB, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de desvinculação, apresentando cópia da alteração contratual devidamente assinada por todos os integrantes da sociedade.

Assumo a responsabilidade de responder solidariamente por qualquer ato ilícito cometido pela pessoa jurídica ou, seus profissionais, dentro da atividade constante de seu objeto social, que deverá sempre obedecer às normas legais vigentes.

No sentido de uniformizar os controles administrativos do Conselho em relação às pessoas jurídicas regularmente inscritas, torna-se indispensável, entre outros dispositivos legais a cumprir, que:

Conste no contrato Social a qualificação do Sócio-Gerente ou Diretor, como corretor de Imóveis;

Da responsabilidade:

A gerência da sociedade será exercida pelo corretor de imóveis (em conjunto ou solidariamente);

Da saída do corretor responsável:

A saída do corretor de imóveis é concretizada através da alteração contratual, devidamente registrada nos órgãos competentes, apresentando-a ao CRECI no prazo de 30 dias, contados da data de desvinculação constante da referida alteração;

Da apresentação de novo corretor responsável:

Dessa forma, os demais representantes da Pessoa Jurídica deverão apresentar novo Corretor Responsável, também mediante alteração contratual devidamente registrada, no prazo de 30 dias, contados da data de desvinculação constante da referida alteração;

Da não apresentação de novo corretor responsável:

Ficando ainda a firma ciente de que caso não apresente novo Corretor Responsável no prazo mencionado anteriormente, desenvolverá suas atividades na prática do **exercício ilegal da profissão**; Toda e qualquer alteração do contrato social que verse sobre os objetivos, participantes ou mudança de endereço da sociedade devem, obrigatoriamente, ser enviadas e averbadas no CRECI da 21ª Região-PB, para as devidas alterações do cadastro.

 ,, de		_ de
 ssinatura do Respons	 ável Técnico	

Sede

www.creci-pb.gov.br João Pessoa

Av. Almirante Barroso, 918, Centro, CEP 58013-120 (83) 2107-0406

Delegacias Campina Grande (83) 3321-6969 Patos (83) 3421-2924 Cajazeiras (83) 3531-2329



TERMO DE CIÊNCIA - LGPD

DOS DADOS PESSOAIS

Para os devidos fins e efeitos legais, DECLARO estar ciente que:

Os dados solicitados no momento da inscrição de pessoa jurídica estão respaldados no art. 24 da Resolução nº. 327/92 do COFECI, sendo direitos do titular (corretor, sócio-gerente, diretor), conforme o art. 18 da LGPD:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- Eliminação de dados pessoais tratados com o consentimento;
- Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer o consentimento e sobre as consequências da negativa;

Estou ciente também que, há a opção de o número de telefone cadastrado da empresa constar no site do CRECI-PB no canal de pesquisa de corretores e empresas credenciados, para tanto posso me

Revogação do consentimento.

cadastrar e entrar no portal do corretor e inserir no	o campo dados profissionais para ficar disponível
para consulta e contato de interessados, ou autoriza	ar abaixo:
) Autorizo o CRECI-PB no ato da minha inscrição elefone ()	para disponibilidade de consulta no site do órgão.

	,, de	de
Д	ssinatura do Responsável	Técnico



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 21ª REGIÃO PARAÍBA

CAMPO PARA DIGITALIZAÇÃO

Assinatura do(a) corretor(a) responsável técnico da empresa

•			
		(ASSINAR CENTRALIZADO NO ESPAÇO ACIMA)	
Respons	sável Técnico:		

COFECI-CRECI



TERMO DE TRANSPARÊNCIA SOBRE O TRATAMENTO	O DE DADOS PESSOAIS
Através do presente instrumento,	, inscrito (a)
no CPF sob n° aqui denominado (a) como TITULAR, v REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DA 21ª REGIÃO, aqui denominado 09.292.194/0001-10, com sede na Av. Almirante Barroso, 918, Centro, João Pess com os artigos 7° e 23 da Lei n° 13.709/2018, conforme disposto neste termo:	renho por meio deste, dar ciência que o CONSELHO o como CONTROLADOR, inscrito no CNPJ sob n°
CLÁUSULA 1ª – DADOS PESSOAIS COLETADOS.	
O TITULAR é ciente de que o CONTROLADOR realiza o tratamento, ou seja, a ut serão relacionados na cláusula segunda: nome, CPF, RG, endereços, telefone naturalidade, foto, histórico escolar, diploma de curso, escolaridade, referência necessárias, inseridas no requerimento de inscrição pessoa física.	es, e-mail, reservista, estado civil, nacionalidade,
CLÁUSULA 2ª – FINALIDADE E TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS.	
2.1. O TITULAR é ciente que o CONTROLADOR utiliza os dados pessoais listados n Permitir que o Controlador identifique e entre em contato com o titular; padministrativos, judiciais ou arbitral; comunicação verbal e escrita; para a prote de terceiros; para o cumprimento da sua obrigação legal, regulatória e das nom para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;	ara o exercício regular de direitos em processos ção da vida ou da incolumidade física do titular ou mas inseridas nas Resoluções e quando necessário
2.2. Caso seja necessário o compartilhamento de dados com terceiros que não t alteração contratual posterior, será ajustado novo termo de transparência para e	
CLÁUSULA 3ª – COMPARTILHAMENTO DE DADOS.	
3.1. O CONTROLADOR compartilha os dados pessoais do TITULAR com out necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que, sejam adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparênci responsabilização e prestação de contas.	respeitados os princípios da boa-fé, finalidade,
CLÁUSULA 4ª – RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA DOS DADOS.	
4.1. O CONTROLADOR se responsabiliza por manter medidas de segurança, té dados pessoais do TITULAR e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (AN incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante.	
CLÁUSULA 5ª – TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.	
5.1. AO CONTROLADOR, é permitido manter e utilizar os dados pessoais do TI finalidades relacionadas neste termo de transparência e ainda após o términ cumprimento de obrigações legais ou impostas por órgãos de fiscalização, nos te	o da tramitação processual e administrativa para
CLÁUSULA 6ª – DIREITOS DO TITULAR.	
6.1. O Titular tem direito a obter do CRECI-PB, em relação aos dados por ele trat a) confirmação da existência de tratamento; b) acesso aos dados; c) correção de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou Lei nº 13.709/18; e) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentime art. 16 e 23 da Lei nº 13.709/18; f) informação das entidades públicas e compartilhado de dados; g) informação sobre a possibilidade de não forner negativa; h) revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº (dados incompletos, inexatos ou desatualizados; d) tratados em desconformidade com o disposto na ento do titular, exceto nas hipóteses previstas nos privadas com as quais O CRECI-PB realizou uso cer consentimento e sobre as consequências da
CRECI-PB (CONTROLADOR)	REQUERENTE (TITULAR)

Sede

www.creci-pb.gov.br João Pessoa

COFECI-CRECI

Av. Almirante Barroso, 918, Centro, CEP 58013-120 (83) 2107-0406

Delegacias Regionais

